

AVANÇO

Nova Lei muda regime de tributação da previdência complementar

O Congresso Nacional aprovou o PL Projeto de Lei) 5.503/2019, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que foi sancionado pelo presidente Lula no dia 10 de janeiro e transformado na Lei 14.803, que permite aos participantes dos fundos de pensão alterar o regime de tributação no fim da relação de trabalho com a patrocinadora, seja pela aposentadoria ou pelo resgate.

Pela legislação anterior, o participante era obrigado a escolher pelos regimes regressivo ou progressivo até o último dia útil do mês subsequente ao ingresso do plano de previdência complementar. Em função disso, o trabalhador não tinha como prever se ficaria na empresa por longos anos ou por pouco tempo, se a sua remuneração seria ampliada e nem mesmo saber quantos dependentes teria.

De acordo com o presidente do Sindicato de Londrina, Felipe Pacheco, a Lei sancionada pelo presidente Lula vem atender a uma antiga demanda dos participantes dos fundos de pensão. "Sem saber qual seria o regime de tributação mais apropriado, o participante, muitas vezes, arcaria com muitos descontos na hora de resgatar seus recursos. Agora, com a mudança na legislação, todos têm maiores condições de planejar o futuro", avalia Felipe.



Veja quais são as possibilidades de escolha

Com a aprovação da Lei 14.803/2024, participantes que já fizeram a opção pelo regime de tributação anteriormente poderão fazer nova escolha até o momento da obtenção do benefício ou da requisição do primeiro resgate.

A nova regra abrange planos operados por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou em fundo de aposentadoria programada individual (Fapi).

A possibilidade de escolha do regime também valerá aos segurados de planos de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência. Em casos especiais, como de falecimento do participante, a Lei autoriza

que os assistidos ou representantes legais exerçam a escolha do regime tributário.

Pelo regime regressivo, as alíquotas do Imposto de Renda caem com o tempo, conforme os prazos em que os recursos permanecem no plano. A alíquota mínima atualmente é de 10% para valores acumulados por dez anos ou mais. Quanto mais tempo de contribuição (prazo de acumulação dos recursos), menor a alíquota.

No progressivo, a tributação segue a tabela do IR e é calculada com base no valor do benefício recebido mensalmente pelo aposentado. Dessa forma, quanto maior a renda recebida, maior a tributação.



Aditivo do plano de saúde foi aprovado na maioria do país

A renovação do Aditivo que regulamenta o Saúde Caixa nos termos negociados pelo movimento sindical com o banco foi aprovada na maioria das Assembleias realizadas no dia 16 de janeiro nas bases sindicais que haviam rejeitado a proposta. Com isto, estes Sindicatos poderão

assinar o instrumento com a Caixa, assim como já foi feito por 74% das demais bases sindicais que já o haviam aprovado.

Em Londrina, o Aditivo do Saúde Caixa foi aprovado por 89,91% dos empregados que participaram da Assembleia. Na base de Cornélio Procópio, a proposta também foi aceita, com um percentual de 75% dos votantes.

Na avaliação do presidente do Sindicato de Londrina, Felipe Pacheco, o resultado das Assembleias demonstrou que houve uma conscientização dos empregados e empregadas em relação à proposta negociada com o banco. "Após meses de discussões com a Caixa, conseguimos resolver a questão do déficit do plano de saúde dos últimos anos e as contribuições dos usuários que não têm dependentes foi mantida, mas, por outro



lado, aumentaram para o plano familiar. Isso aconteceu devido à maior utilização dos serviços por este segmento", explica.

Para Felipe, este foi o acordo possível de ser fechado, porque no início das negociações a direção da Caixa estava defendendo uma majoração das contribuições com a cobrança por faixa etária, o que resultaria em mensalidades muito maiores para os aposentados e para os empregados da ativa com mais idade. "Com a proposta de renovação do Aditivo foram mantidos os princípios da solidariedade e do pacto intergeracional, premissas que norteiam nosso plano de saúde", ressalta.

Sabe Mais

Leia estas e mais informações no endereço www.vidabancaria.com.br

Novo concurso da Caixa vai abrir mais de 4 mil vagas

A Caixa Econômica Federal deve lançar em fevereiro mais um concurso público para selecionar 4 mil candidatos. O certame será organizado pela Fundação Cesgranrio, conforme definido no edital publicado no Diário Oficial da União de segunda-feira (15/01).

As provas serão realizadas nas principais capitais do país. Serão 2 mil vagas para o cargo de Técnico Bancário Novo (TBN) e 2 mil para Técnico Bancário Novo para a área de TI. Está prevista também a abertura de concurso para 28 vagas de nível superior para médicos do trabalho e 22 para engenheiros de segurança do trabalho.

Para o cargo de TBN o salário inicial é de R\$ 3.762. Já para as carreiras de médico do trabalho e de engenheiro de segurança do trabalho a remuneração inicial é de R\$ 11.186 e R\$ 14.915, respectivamente. Complementam a remuneração outros benefícios, como assistência à saúde, previdência complementar, tíquetes, vale-transporte, auxílio-creche e outros direitos específicos dos empregados da Caixa.

Na avaliação do presidente do Sindicato de Cornélio Procópio, Jonhi Oliveira Müller, essas contratações são bem-vindas, mas o contingente de vagas abertas ainda é insuficiente para atender à demanda das unidades. "O banco pretende lançar um novo PDV (Plano de Demissões Voluntárias) e mesmo com as contratações feitas no último ano por conta de decisão judicial ainda falta pessoal para dar conta dos serviços. Só no ano passado a Caixa teve um aumento de mais de 1 milhão de clientes", argumenta.

FUNDOS DE PENSÃO

Previc cria Comissões para estudar a previdência complementar

A Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) emitiu duas Portarias que favorecem participantes dos fundos de pensão. O órgão criou a CNA (Comissão Nacional de Atuária) e a Cofom (Comissão de Fomento da Previdência Complementar Fechada), que têm caráter consultivo e opinativo sobre as áreas atuarial e de fomento das entidades responsáveis pela aposentadoria dos participantes.

A CNA já existia desde 2009, mas foi extinta

no governo Bolsonaro e agora restabelecida para contribuir com melhorias para o setor. Esta Comissão terá sete membros, reunindo representantes dos participantes, das empresas patrocinadoras, representantes das entidades e, também, do meio acadêmico.

Já a Cofom, que tem a missão de resolver problemas práticos e aumentar as adesões dos fundos de pensão, terá 11 integrantes, representando os mesmos segmentos da CNA.





Aberto prazo das inscrições para requerer bolsa de estudos

O Santander abriu as inscrições para o processo seletivo de bolsas de estudos para os bancários e bancárias, oferecendo 1.000 bolsas para primeira graduação, 1.400 para primeira pós-graduação e 100 para cursos de MBA. Para se inscrever basta acessar o Portal Pessoas (Portal Pessoas > Desenvolvimento e Carreira > Educação > Bolsas de Estudos) até 16 de fevereiro. A documentação deve ser enviada até o dia 24 de abril.

O valor da bolsa com o reajuste é R\$ 819,99, limitado a até 50% da mensalidade. O RH do Santander informou que o reembolso das mensalidades ocorrerá a partir de março de 2024.

“Esta é uma importante oportunidade para bancários e bancárias que estão cursando o Ensino Superior ou que pretendem ampliar seus estudos”, salienta o diretor do Sindicato de Londrina, Leonardo Rentz.

Leonardo lembra que as bolsas são uma conquista da organização dos funcionários do Santander junto aos Sindicato, direitos este que vem sendo aprimorado constantemente. “Hoje, conseguimos que o banco disponibilize 1.000 bolsas, mas esse número era bem inferior e agora, além de abranger mais bancários e bancárias, esse auxílio também passou a englobar o curso de MBA, requisito muito importante atualmente”, observa.

DE OLHO NOS DIREITOS

Adiantamento emergencial é uma importante conquista

As mobilizações da categoria bancária ao longo do tempo vêm resultando em importantes conquistas não só econômicas, mas também de caráter social, como é o caso do Adiantamento Emergencial de Salários nos Períodos Transitórios Especiais de Afastamento do Trabalho, previsto na cláusula 65ª da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho).

Este direito é essencial para o bancário e bancária que passa por problemas de saúde e tem que ser afastado de suas funções por mais de 15 dias e deve ser requerido no prazo de até 7 dias antes da perícia médica do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Neste caso, o banco deverá pagar valor equivalente ao somatório das verbas fixas de natureza salarial, recebidas mensalmente pelo funcionário que tenha o benefício previdenciário cessado.

Com este adiantamento o bancário e a bancária que enfrenta esse tipo de problema junto ao INSS pode garantir o seu sustento, bem como o de sua família. Soma-se a este direito a Complementação de Auxílio-doença Previdenciário e Auxílio-doença Acidentário, previsto na cláusula 29ª da CCT. Esse complemento garante que o banco pague a diferença entre o valor do benefício do INSS e a remuneração recebida mensalmente pelo funcionário.

APUCARANA

Filiados têm desconto para adquirir apartamentos no Vista Bella Residencial

Bancários e bancárias filiados ao Sindicato de Apucarana têm valor diferenciado para adquirir apartamentos no Vista Bella Residencial Club, empreendimento que está sendo construído no terreno da antiga sede campestre da entidade.

O prédio está localizado na Avenida Aviação e as unidades estão à venda nas imobiliárias de Apucarana.





8 DE JANEIRO

Atos no país ressaltam a importância da democracia

Milhares de brasileiros e brasileiras saíram às ruas no dia 8 de janeiro em defesa da democracia e pela punição dos golpistas que depredaram os prédios dos Três Poderes em Brasília no ano passado. As manifestações foram convocadas pela CUT e demais Centrais Sindicais, juntamente com as Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular.

Em Londrina, o ato público foi realizado em frente ao Cine Teatro Ouro Verde e teve a participação de cerca de 200 pessoas, entre estudantes, trabalhadores de diversas categorias profissionais, lideranças populares, coletivos sociais e de partidos progressistas.

Nas falas foi lembrada a tentativa de golpe de Estado feita por bolsonaristas no dia 8 de janeiro de 2023 na tentativa de derrubar o presidente Lula, eleito democraticamente nas eleições de 2022. Também foi criticado



o PL (Projeto de Lei) que tramita na Câmara dos Deputados requerendo a anistia aos golpistas e financiadores dos ataques ao Estado Democrático de Direito.

O secretário geral do Sindicato de Londrina, Dirceu Quinelato, afirma que os atos do dia 8 de janeiro são uma resposta dos brasileiros e brasileiras à tentativa de golpe feita por bolsonaristas no ano passado. "Não podemos aceitar os ataques feitos aos Três Poderes e muito menos à democracia, conquistada com muita luta e sangue após anos de ditadura", ressalta Dirceu.

VIDA Saúde

Janeiro Branco

Mês de prevenção às doenças mentais/emocionais



Cuidado com as doenças mentais

O mês de Janeiro é dedicado à divulgação da Campanha de prevenção às doenças mentais/emocionais, decorrentes, muitas vezes, do estresse, da ansiedade, depressão, do pânico e até do endividamento da população. Estes transtornos têm se tornado comuns nos últimos tempos nos trabalhadores e trabalhadoras de vários setores, com maior destaque para a categoria bancária, sufocada por cobranças constantes de cumprimento de metas.

Como determinados gestores agem com desumanidade com seus subordinados, o assédio moral corre solto, levando as vítimas a utilizar remédios com tarja preta e a consumir outras substâncias para controlar o medo de perder o emprego. Estes são fatores ideais para desenvolver distúrbios mentais.

Campanha vira Lei

Devido ao aumento dos casos desses transtornos, em 25 de abril de 2023 a Campanha Janeiro Branco foi instituída no Brasil pela Lei 14.556. Mas essa iniciativa de lutar pela prevenção das doenças mentais foi idealizada em 2014 pelo psicólogo Leonardo Abrahão, de Uberlândia (MG).

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Brasil é o país com o maior número de pessoas com ansiedade, problema que afeta 9,3% da população. Para reverter esse triste cenário, a prevenção tem que ser feita durante o ano todo com a divulgação dos cuidados necessários para preservar a saúde mental, com investimentos nas empresas para tornar o local de trabalho saudável e, também, com políticas públicas para dar acolhimento às pessoas que estão sofrendo esses transtornos.



Sindicatos de Bancários de Apucarana, Arapoti, Cornélio Procopio e Londrina
CUT

EXPEDIENTE

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução; favor citar a fonte. Contato: Av. Rio de Janeiro, 854 - Londrina - PR. CEP: 86010-150. Fone: (43) 3372-8787. Diretores responsáveis: Danielle Ruza (Londrina: 3372-8787-seebid@sercomtel.com.br), Rosemari Zanin (Apucarana: 3422-5533-seebapucarana@gmail.com), Carlos Roberto de Freitas (Arapoti: 3557-1516-seebarapoti@gmail.com) e Johni Oliveira Müller (Cornélio: 3524-2120-seebcomelio@bancarioscomelio.com.br). Jornalista editor-responsável: Armando Duarte Jr. (2.495/PR). Revisão: Danielle Ruza e Josué Rodrigues. Impressão: Grafipress. Edição Digital.

VIDA BANCÁRIA



CUT!

